

**AS IMPLICAÇÕES DA IDEOLOGIA PÓS-MODERNA NAS LUTAS E NA  
ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA**

**LAS IMPLICACIONES DE LA IDEOLOGÍA POSMODERNA EN LAS LUCHAS Y EN LA  
ORGANIZACIÓN DE LA CLASE TRABAJADORA**

**THE IMPLICATIONS OF POST-MODERN IDEOLOGY IN THE STRUGGLES AND  
ORGANIZATION OF THE WORKING CLASS**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.51509>

Célia Regina Vendramini<sup>1</sup>

Giovanni Frizzo<sup>2</sup>

**Resumo:** o artigo analisa o pós-modernismo como ideologia do modo de produção capitalista na atual crise e reconfiguração do padrão de acumulação, assim como, as implicações dessa ideologia nas lutas sociais e na organização da classe trabalhadora. A análise orienta-se pelo método histórico-dialético e tem como base pesquisas desenvolvidas pelos autores. Observamos o apagamento da análise de classe na abordagem pós-moderna com consequências para a organização da classe. O recuo da teoria no pós-modernismo significa o recuo de uma teoria que se funda na realidade material a qual implica ação revolucionária. O que está em jogo é a destruição da teoria e prática de orientação marxista que ameaça a ordem social.

**Palavras chave:** Pós-modernismo. Ideologia. Lutas sociais. Classe trabalhadora.

**Resumen:** el artículo analiza el posmodernismo como ideología del modo de producción capitalista en la actual crisis y reconfiguración del patrón de acumulación, así como las implicaciones de esta ideología en las luchas sociales y en la organización de la clase trabajadora. El análisis está guiado por el método histórico-dialéctico y se basa en investigaciones desarrolladas por los autores. Observamos la borradura del análisis de clase en el enfoque posmoderno con consecuencias para la organización de clase. La retirada de la teoría en el posmodernismo significa la retirada de una teoría basada en la realidad material que implica una acción revolucionaria. Lo que está en juego es la destrucción de la teoría y la práctica de orientación marxista que amenaza el orden social.

**Palabras clave:** Posmodernismo. Ideología. Luchas Sociales. Clase Trabajadora.

**Abstract:** the article analyzes postmodernism as an ideology of the capitalist mode of production in the current crisis and reconfiguration of the pattern of accumulation, as well as the implications of this ideology in social struggles and in the organization of the working class. The analysis is guided by the historical-dialectical method and is based on research developed by the authors. We observe the erasure of class analysis in the postmodern approach with consequences for class organization. The retreat from theory in postmodernism means the retreat from a theory that is grounded in material reality which implies revolutionary action. What is at stake is the destruction of Marxist-oriented theory and practice that threatens the social order.

**Keywords:** Postmodernism. Ideology. Social struggles. Working class.

### *Introdução*

O contexto de crise econômica, política e sanitária que estamos vivenciando nesse período da história da humanidade é expressão do aprofundamento do antagonismo entre capital e trabalho que se manifesta nas diferentes formas de desigualdade social entre classes, na exploração do trabalho acompanhada da valorização do valor e nas relações de produção que entravam o desenvolvimento das forças produtivas na atualidade.

A reconfiguração do padrão de acumulação capitalista incidiu prioritariamente nas relações sociais de produção, em que a forma da exploração do trabalho é elevada à uma condição de superexploração e ampliação da miséria e do desemprego estrutural. Esse fenômeno é observado quando, em escala global, a classe dominante opera junto aos governos subordinados no sentido de alterar o ordenamento jurídico de proteção social retirando direitos conquistados pela classe trabalhadora em luta. Esse processo é estabelecido, principalmente, por meio de dois movimentos combinados: a) o “assalto” ao fundo público: mecanismo de destinação de orçamentos estatais para fins privados - tais como as dívidas públicas, privatizações, isenções/renúncias fiscais e cortes orçamentários em políticas sociais - que tem sido uma das principais medidas adotadas por organismos internacionais e governos atrelados à perspectiva de recuperação de taxas de lucro de grandes corporações empresariais capitalistas em detrimento das condições de vida da maioria da população; b) reestruturação produtiva: a acumulação flexível que, alterando o regime de produção fordista/taylorista, estabeleceu novos marcos de produção e relações derivadas da necessidade do capital de valorização do valor. Especialmente por meio da flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; do desenvolvimento tecnológico que, sob os preceitos da sociedade capitalista, serve para potencializar a extração de mais-valia do trabalho, sendo também dirigida para aumentar a velocidade do ciclo de realização do capital; da produção de mercadorias com obsolescência programada (os produtos devem durar cada vez menos para serem descartados e adquiridos outros), aumentando assim o tempo de giro no consumo; e, também, a tecnologia na produção que é planejada para incorporar uma parcela cada vez menor de trabalhadores e trabalhadoras e usa de forma crescente o trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, bem como trabalho digital e por meio de plataformas. Considerando a afirmação de Marx (2007) de que quando as relações sociais de produção entravam o desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, abre-se um período de revolução social, podemos localizar em nosso tempo dois movimentos fundamentais: a) as contradições entre relações de produção e forças produtivas se agravaram de tal maneira que Mészáros (2002) afirmar que o desenvolvimento é de forças destrutivas e não mais produtivas. Tais contradições podem ser compreendidas com dados da realidade: ao mesmo tempo em que a sociedade desenvolve tantos meios para interagir com a natureza, ela está sendo devastada em escala global; a força de trabalho - o ser humano - está ameaçada quando dois terços da população mundial estão abaixo da linha da pobreza, significa que a carência de acesso a alimentos não permite

que as pessoas tenham nutrientes sequer para repor a energia e reproduzir a força de trabalho; 80% da riqueza está concentrada nas mãos de 20% da população, enquanto para a imensa maioria da população sobra uma pequena parcela da riqueza produzida; a força de trabalho vem sendo destruída sistematicamente e como projeto de Estado: miséria, doenças e pandemias, extermínio de populações indígenas e de pessoas negras das periferias urbanas por forças policiais e militares, dentre outras formas deliberadas para destruição de grandes contingentes populacionais; b) essas contradições que entravam o desenvolvimento de forças produtivas expressam que “abriu-se um período de revolução social”, mas isso não significa que a ruptura radical de transformação social esteja posta imediatamente. Abriu-se um período, de larga jornada, e que requer a compreensão de que a revolução é um ato histórico e político e não apenas econômico a partir do choque entre relações de produção e forças produtivas. Aqui incide, portanto, encontrar os elementos subjetivos, da consciência, para identificar os limites históricos que localizamos na disputa política e ideológica em torno de projetos de sociedade e educação.

Nesta direção, consideramos a base objetiva e subjetiva da luta de classes, num contexto em que o movimento de expansão do capital, sua dinâmica e suas contradições, tem como base o regime de acumulação flexível, o neoliberalismo como forma política de controle do capital sobre o trabalho e a pós-modernidade como imagem e representação mistificada da realidade que se assenta na propriedade privada dos meios de produção e circulação e na exploração do trabalho assalariado.

Assim, o objetivo deste texto é analisar o pensamento pós-moderno como ideologia do modo de produção capitalista em seu atual período de crise e reconfiguração do padrão de acumulação correspondente, assim como, as implicações dessa ideologia para as lutas sociais e desdobramentos na organização da classe trabalhadora. A análise tem como base o método histórico-dialético que parte da realidade concreta e de suas particularidades que compõem a totalidade do fenômeno investigado. Para isso, lançamos mão de referências teóricas e políticas que nos permitem compreender a realidade concreta como síntese de múltiplas determinações.

Propomos o debate a partir de três aspectos: o pensamento pós-moderno como ideologia, portanto, como um instrumento de dominação de classe; as consequências desta ideologia quando incorporada nas bandeiras de lutas dos movimentos sociais e sindicais, como o apagamento da análise de classe; e a teoria marxista como contraponto às pseudo explicações pós-modernas e sua tentativa de falseamento/encobrimento da realidade.

### ***O pensamento pós-moderno como instrumento ideológico de dominação de classe***

“As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2009, p. 67). Esta clássica frase de Marx e Engels explicitam a compreensão geral da ideologia enquanto manifestação de dominação de classe a partir da objetividade do modo de

produção. E, tendo em vista que o modo de produção capitalista vai se modificando de acordo com as suas próprias demandas produtivas e de poder político em cada período histórico e contexto particular, as suas ideias também se modificam ao longo do tempo correspondendo às novas situações e exigências para forjar e reproduzir a subjetividade da classe explorada e oprimida. Assim, compreende-se que não há uma “ideologia absoluta” que atravessa o tempo como única expressão de dominação burguesa. O imperativo de ontem, hoje está superado.

Isso não significa dizer que a classe dominante foi superada, pelo contrário, suas ideias são revigoradas para adequar-se ao movimento próprio da história produzida pela massa de trabalhadores e trabalhadoras em contradição com as relações sociais de produção. A superação das antigas ideias não são originadas em novas ideias, mas surgem a partir da realidade objetiva e concreta (com suas lutas e contradições), cujas transformações dão lugar à novas elaborações que correspondem à determinadas formas de consciência social necessárias para a burguesia manter-se dominante.

Porém, a mudança da realidade objetiva da base produtiva material não passa por direcionar movimentos diretamente sobre esta mesma base, pois requer um ato político em que a consciência da classe é determinante. Vejamos que, se a ideologia enquanto uma forma de consciência social da classe dominante é determinada pela base produtiva - portanto econômica - assim como a superestrutura jurídica e política, essa mesma base produtiva não se modifica por si só, mas por uma ação política de classes. Seja pela classe dominante que a modifica para ampliar a extração de mais-valia e poder de dominação, seja pela classe explorada que se eleva enquanto classe em um movimento direcionado à modificar essa mesma base produtiva. Esse movimento da classe só pode ser dirigido quando o avanço da sua consciência é pautado pelas transformações da base produtiva. Portanto, a consciência da classe é determinada e determinante ao mesmo tempo.

A ideologia é a consciência social dominante em uma sociedade de classes, ela é um instrumento que atua ao lado do poder político e fundado no poder econômico que garante que uma classe seja a classe dominante. O complexo de dominação capitalista, portanto, é uma síntese de dominação econômica, política, jurídica e ideológica de cada época. Na atual crise sistêmica do capitalismo, a burguesia atua em duas frentes, resumidamente, assim: a) para retomar os patamares e elevar as taxas de lucro amplia-se a precarização do trabalho por meio da retirada de direitos e do desemprego, do aumento da jornada de trabalho associado a formas de assalariamento “por peça”, nos termos de Marx (1983), acompanhado do chamado “assalto ao fundo público” em que predominam as formas de privatização (clássica e não-clássica), a transformação de direitos em capital, a diminuição progressiva da remuneração de trabalhadores e trabalhadoras, a flexibilização de legislações ambientais, culturais e sociais para facilitar o avanço capitalista destrutivo na produção agrária, industrial e no sistema financeiro; b) a ideologia se aprofunda no irracionalismo, negacionismo e no conjunto de ciências e filosofias que são desenvolvidas com o intuito de manutenção da ordem vigente de exploração do povo trabalhador e da opressão às minorias sociais, por meio de ultrageneralizações que de tão abstratas não encontram correspondência na realidade concreta, apenas na ideia transmitida e

assumida pelo sujeito subsumido pela ideologia que é uma “inversão, um velamento, uma justificação” (IASI, 2014, p. 31).

O pensamento pós-moderno é uma forma sistematizada de dominação baseada no irracionalismo e no negacionismo da ciência e da filosofia necessária para a imposição ideológica de nosso tempo. Esta forma ideológica específica do atual período histórico de crise estrutural necessita disseminar uma forma de consciência social adaptável à insegurança, incerteza, fluidez, bem como à salvação individual e aceitação de um mundo “desigual eternamente”. Essa necessidade de auto-reprodução do sistema do capital é habilmente transformada em esquemas epistemológicos expressos nas perspectivas pós-modernas de produção do conhecimento, em que se encontra a primazia do individual sobre o coletivo, da construção de subjetividades descoladas do mundo objetivo, da negatividade da crítica que não produz alternativas positivas, da desestabilização de discursos que conduzem à aceitação do mundo em crise e da busca de consensos que negam as contradições e antagonismos sociais.

A agenda pós-moderna advoga a crise da racionalidade moderna apresentando a ideia de que todos os discursos são absolutamente válidos, independentemente do critério da verdade, quaisquer relatos particulares tornam-se explicações válidas como se a realidade residisse em cada sujeito. Ou seja, há um recuo da teoria como explicação do real, como articulação dos nexos e determinações do concreto no pensamento, impossibilitando o conhecimento científico como unidade entre o sujeito e o objeto, entre teoria e prática, entre explicação e transformação. Assim, as categorias e conceitos são modificados, o capitalismo ou o sistema do capital passa a ser concebido como “mundo moderno” (MÉSZÁROS, 2004); a classe social passa a ser constituída por “identidades”; os sujeitos históricos se tornam “atores”; as condições objetivas de existência são substituídas por “cenários”; o próprio termo classe social se dissolve em meio ao identitarismo liberal de raça, gênero, sexualidade ou religião sem aprofundar as análises na origem e continuidade das opressões em uma sociedade de classes. Ao relativizar a própria realidade no sentido de que esta seria a vivência de cada indivíduo no qual corresponderia uma realidade em cada sujeito, desloca a noção da vida material compartilhada por sujeitos para uma forma ultrageneralizada de que cada um vive a sua realidade. Isso faz com que a trajetória individual responsabilize cada pessoa por sua condição de vida, seus sucessos e fracassos são individualizados e suas lutas são concorrenciais entre sujeitos e não entre classes sociais.

Portanto, no contexto de reestruturação produtiva da acumulação flexível se eleva uma super-estrutura política e jurídica fundada nos preceitos neoliberais acompanhadas de uma consciência social dominante expressa na ideologia pós-moderna. Esse complexo de dominação articulado desenvolve diferentes aspectos como sínteses de múltiplas particularidades, na qual as lutas da classe e a forma educativa predominante são determinadas por esta totalidade. A ideologia e a consciência da classe têm papel fundamental para a dinâmica da vida material, seja para sua reprodução ou para o confronto. É neste confronto que localizamos o objeto deste texto: disputas de projetos educativos da classe e as lutas sociais.

### *O apagamento da análise de classe na abordagem pós-moderna e suas consequências para a organização da classe*

Toda teoria tem suas repercussões na vida prática. Não se trata de um debate circunscrito ao campo das ideias ou do discurso, mas de ideias que emergem do real e têm implicações sobre ele. A partir desta compreensão, analisamos alguns elementos da abordagem pós-moderna presente na organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

Iniciamos com o discurso tão propagado acerca da diversidade, da diferença e da pluralidade na vida social em geral e nas relações sociais. Um discurso que atrai e é facilmente aceito e incorporado, afinal, quem não defende a diversidade e as diferenças? Entretanto, o elogio da pós-modernidade à heterogeneidade e à diferença revela, de acordo com Harvey (1994, p. 19), a “fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou ‘totalizantes’”.

Além disso, o discurso que afirma a diferença tem como base um modelo de acumulação do capital fundado em trabalhos desiguais e diferenciados ao longo das cadeias produtivas, bem como em demandas diferenciadas e desiguais de qualificação, ou melhor, de competências e habilidades. Afirma-se deste modo o “ser multitarefa”, flexível, com competências diferenciadas, facilmente adaptável às demandas do mercado de trabalho, em termos de setor e tipo de ocupação e em termos espaciais, como expresso no número crescente de imigrantes no mundo.

Tal discurso se fez com base numa descrença em relação às categorias críticas do campo marxista que questionam a constituição, expansão, mundialização e as contradições da sociedade capitalista. De acordo com Kohan (2007), o pós-modernismo, ou o que ele chama de “metafísicas pós”, foi resultado de algumas situações concretas.. Na Europa Ocidental, do desencantamento com o insucesso de 1968, a desilusão eleitoral e a crise do eurocomunismo; nos Estados Unidos, da derrota das rebeliões contra a dominação racial e o assassinato de seus principais líderes; na América Latina, das repressões e genocídios promovidos pelas ditaduras empresariais-militares e o combate criminoso às insurreições armadas dos anos 60 e 70.

O resultado deste processo foi a fragmentação e a resistência de cada movimento social em sua própria esfera, o solapamento das organizações da classe trabalhadora, o isolamento das lutas e a incapacidade de criar uma articulação política entre as diversas rebeldias (do colonizado, das comunidades originárias, dos negros, das mulheres etc.). A variedade das lutas, valiosas por si mesmas, não conseguiram construir uma frente comum que as agrupassem organicamente contra o capitalismo.

A posteriori vieram as legitimações das fragmentações dos movimentos sociais, as quais “transformaram a necessidade em virtude” (KOHAN, 2007, p. 18). A filosofia pós-moderna se constituiu enaltecendo a diversidade, o fragmento, o local e o deslocamento dos conflitos sociais para o campo cultural e simbólico, os quais se transformaram no lugar central das contradições. Foucault (apud HARVEY, 1994), por exemplo, enfatizava a particularidade dos micropoderes e a especificidade dos locais de opressão e resistência, a descontinuidade e a diferença na história, resultando na rejeição

das metanarrativas, enquanto interpretação teórica de larga escala e com pretensão de explicação universal, que compreende o real como síntese de múltiplas particularidades que constituem a totalidade.

Observa-se na ciência e na filosofia de cariz pós-moderna, enquanto conjuntos de narrativas, a “sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico.” (HARVEY, 1994, p. 49), associada a uma profunda aversão a todo projeto histórico na direção da emancipação humana. Este parece ser o maior perigo da filosofia pós-moderna quando incorporada pelos movimentos sociais, os quais se constituem com base na crítica ao real (sendo este uma totalidade histórica, ainda que não apreendida em toda a sua complexidade) e na possibilidade de sua transformação. Tomando como referência a definição de movimento social proposta por Kula (1977, p. 69) - de que “os movimentos sociais são atividades massivas cuja finalidade tende sobretudo a consecução de dois tipos de objetivos: a mudança do sistema existente na repartição da renda social e a mudança do vigente sistema político” – observamos o esfacelamento e a impotência dos movimentos guiados pelo pós-modernismo.

Tal pensamento rompe com a dialética passado-presente-futuro ao abandonar a continuidade e memória histórica, restando um permanente presente, e ao tomar o real pelo caráter imediato dos eventos, pelo espetáculo e sensacionalismo, pelo efêmero. Por exemplo, na teoria dos “novos movimentos sociais”, um dos seus principais formuladores, Alain Tourraine, manifesta explicitamente a negação de um projeto histórico de futuro: “Não é mais em nome da sociedade perfeita que esses movimentos falam, e não é para o futuro que olham: eles combatem pela defesa do direito de todos a uma existência livre e ‘humana’. A forma assumida hoje pelo princípio geral sobre o qual repousam todos os movimentos sociais é esta: o direito à igualdade cultural” (1999, p. 73).

Tourraine (1999) compreende que os conflitos mais significativos se deslocaram do terreno dos direitos sociais para o dos direitos culturais e que os movimentos sociais apresentam reivindicações positivas em oposição às lutas contra a ordem dominante. Para o autor, os novos movimentos sociais, ao centrar-se na reivindicação de direitos, o fazem dentro da ordem e da democracia, opondo-se à vontade de tomada do poder ou de romper completamente com as instituições. O propósito é a recomposição do mundo com base na superação entre dominantes e dominados, na negação de uma direção, na formação de atores sociais autônomos e em objetivos de luta imediatos, pontuais e parciais. A partir desta teoria, só resta protestar no âmbito local e no micromundo dos movimentos sociais, cada um deles encerrado em sua própria problemática e alheios às problemáticas dos outros movimentos.

As lutas localizadas também são encorajadas por Foucault, de acordo com Harvey (1994), ao preferir o que é positivo e múltiplo, bem como a diferença em relação à uniformidade. Já Lyotard toma “a preocupação modernista com a linguagem e a leva a extremos de dispersão. Apesar de ‘o vínculo social ser linguístico’, argumenta, ele ‘não é tecido com um único fio’, mas por um ‘número indeterminado’ de ‘jogos de linguagem.’” (HARVEY, 1994, p.51). Neste “giro linguístico” (KOHAN,

2007), o mundo social se transforma em pura imagem e representação, a palavra ganha vida própria e se desloca da realidade, os problemas passam a ser “resolvidos” no âmbito do discurso. “A ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno” (HARVEY, 1994, p. 52).

O chamado “giro linguístico” abriga ainda a mudança dos nomes singulares para o plural, deste modo, a resistência se transforma em resistências, a alternativa em alternativas, o capitalismo em capitalismo, o poder em poderes. Uma simples adição da letra “s” proporciona uma nova maneira de compreender o mundo e atuar sobre ele.

Outro aspecto presente na filosofia pós-moderna e que afeta diretamente a organização da classe trabalhadora é o abandono do sujeito, a anulação da sua identidade e de sua memória. Fala-se em atores sociais autônomos. O pós-modernismo (enquanto filosofia neoliberal) indica manter suas conexões com o liberalismo e com a ideia de que o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso, e não a organização social. O liberalismo pós-moderno, parecido com o que o precede, não se cansa de lamentar as mazelas desta sociedade, quer fazer crer que a condição de pobreza ou de riqueza de cada um depende do empenho, talento, mérito e do trabalho. Trata-se, ao nosso ver, de uma atitude de defesa diante da força coletiva da classe trabalhadora.

No campo educativo, criam-se diversas concepções individualistas e fazem-se esforços em nome do “livre” desenvolvimento dos indivíduos. Suchodolski (2002), ao fazer a crítica à pedagogia da essência e a da existência, afirma que ambas partem de uma visão de mundo e de homem isolada, fragmentada, que cria oposições, perdendo de vista a totalidade tanto do mundo quanto do ser humano. A existência humana significa aceitar a realidade existente, do mesmo modo que a filosofia da essência apresenta a realidade como expressão de uma ordem suprema. Em ambas, o ideal educativo constitui a adequação às relações sociais existentes.

Importa para a filosofia associada ao neoliberalismo, portanto à ordem social capitalista, a negação do sujeito coletivo (o qual incorpora as múltiplas individualidades e identidades de grupo). Sujeito este que constitui o conjunto da classe trabalhadora, que potencialmente porta a crítica e a oposição radical ao capitalismo e sua vida medíocre e mercantilizada. Deste modo, é preciso negar o sujeito para negar a classe e a luta de classes, com a legitimação teórica e política da impotência. “Se fosse verdade que já não há sujeitos, então desapareceriam como por arte da magia toda alienação, toda manipulação mediática, toda repressão à cultura e à sexualidade, toda proibição de cooperação social, toda exploração e, por suposto, todo fetichismo” (KOHAN, 2007, p. 7).

O historiador marxista Thompson, na crítica ao estruturalismo - para o qual as estruturas determinam as individualidades, e ao pós-estruturalismo - em que as ações imediatas dos indivíduos são o único momento fundante do ser social, desenvolve a categoria experiência para a explicação do processo histórico, onde os sujeitos, as relações e a ação humanas estão presentes. “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu

mundo” (1981, p. 16). A experiência de que fala Thompson é a experiência humana, diferente, portanto, da experiência ou vivência individual propalada pelos liberais.

Enquanto a filosofia pós-moderna enaltece a experiência individual e a diversidade, o modo de produção capitalista alcança e padroniza todos os modos de vida, por meio de um processo de expropriação que separa o trabalhador dos meios de subsistência, da produção de valores de uso, e estabelece o sistema de assalariamento – a venda da força de trabalho – como regra geral. O trabalho abstrato é a expressão da universalização do trabalho igual e comum, enquanto força de trabalho para o capital. A diversidade que aqui se apresenta diz respeito às formas requintadas de explorar ainda mais a força de trabalho feminina, migrante, negra ou jovem.

Durante os anos 80 e 90, quando a filosofia universitária e o mercado editorial sancionavam o reinado do micro e o fragmento, fora das aulas e das livrarias sucedia exatamente o oposto: se dissolviam as identidades particulares numa nefasta e perversa lógica global. O discurso das metafísicas ‘pós’, enamorado ilusoriamente da fragmentação e da dispersão em nome de um pseudo pluralismo, invertia completamente a realidade. Tomava uma coisa por outra, encobria a explosiva transformação objetiva do mercado mundial suplantando discursivamente pelas representações subjetivas da Academia. Deste modo, legitimava a dominação social do capital (KOHAN, 2007, p. 26).

De acordo ainda com Kohan (2007), entre a lógica do fragmento e a lógica da integração multinacional do mercado mundial existe uma interconexão e uma complementaridade íntima. Concluímos, assim, que a filosofia pós-moderna se constitui como uma ideologia que visa o encobrimento da realidade, ou seja, apresenta um mundo (discursivo) que representa a realidade de forma invertida. Afirma o fragmento, o micro e o local e nega o conceito explicativo de modo de produção como totalidade articulada de relações sociais históricas, num mundo que se afirma pela expansão da expropriação e acumulação capitalista em todos os continentes e pela padronização de todos os aspectos da vida, numa direção imperialista. Nesta direção, a filosofia pós-moderna, ao negar a explicação radical da realidade, nega a possibilidade de superação das relações sociais capitalistas.

Visando escamotear a dominação e exploração de classe, o pós-modernismo difunde estudos “pós-coloniais”, os quais, segundo Kohn (2007, p. 19), fazem “uma paródia lastimosa e miserável do anticolonialismo militante de um Fanon, um Che Guevara ou um Ho Chi Minh, e sem mencionar os Panteras Negras e o Malcolm X”. Além disso, reivindicam como base o solo indígena e as culturas originárias. Ao mesmo tempo que tais estudos proliferavam nos Estados Unidos, o país continuava invadindo nações e mantendo dominações neocoloniais.

Podemos citar diversos autores que abordam a questão do colonialismo, do neocolonialismo e das lutas anticoloniais sem desvinculá-las do modo de produção dominante que se reproduz tendo como base o colonialismo e o patriarcado. Desde a África (Gana), Kwame N’Krumah (1967) apresenta uma rigorosa radiografia do Continente e o mecanismo do neocolonialismo, bem como o que é necessário para superá-lo. Compreende que o neocolonialismo de hoje representa a pior forma de imperialismo, como um instrumento do capitalismo, resultando na dispersão dos territórios coloniais anteriormente unidos, em numerosos pequenos Estados incapazes de desenvolvimento independente,

mantendo-os artificialmente pobres. Desde a América Latina, José Carlos Mariátegui (2010) apresenta sete ensaios de interpretação da realidade peruana, abordando a questão indígena (o qual representava três quartos da população peruana da época – início do século XX) e a questão da terra. Assim como N'krumah, Mariátegui explica como a organização coletivista, regida pelos incas, foi destruída pela invasão espanhola, foram “rompidos os vínculos de sua unidade, a nação se dissolveu em comunidades dispersas. O trabalho indígena deixou de funcionar de forma solidária e orgânica” (2010, p. 34). Da conquista se passa à independência, determinada e dominada pelo processo colonial e decidida pelas necessidades de desenvolvimento da civilização capitalista. Em ambos os autores, não europeus, está presente a explicação do colonialismo e do neocolonialismo como instrumentos fundamentais para a acumulação originária do capital e para a sua reprodução e expansão. Decorre disso que as lutas anticoloniais são lutas anticapitalistas, o que diverge dos estudos “decoloniais” de cariz pós-moderna.

Na análise das lutas anticapitalistas, a filósofa e ativista Angela Davis, a qual integrou o grupo Panteras Negras e o Partido Comunista dos Estados Unidos, aborda as questões de raça, gênero e de classe de forma indissociada e completamente imbricada. Na obra *Mulheres, raça e classe* (2016), Davis trata da centralidade do papel das mulheres negras na luta contra a exploração, analisando o legado da escravidão, o movimento antiescravagista, as lutas pelos direitos das mulheres e as lutas das mulheres negras contra o racismo, na perspectiva da classe trabalhadora.

### ***A teoria marxista como fundamento das lutas da classe trabalhadora***

Na direção de uma base teórico-metodológica que busque uma maior aproximação com a realidade e suas contradições e se afaste das explicações metafísicas, encontramos na teoria social marxista e no materialismo histórico-dialético uma explicação que permite compreender o processo histórico. Que busque compreender e intervir na realidade de forma ampla, para além do imediato e do local, evidenciando a conexão entre as lutas gerais e singulares, e entre as diversas pautas que movem os movimentos sociais, associativos e sindicais.

Os interesses que movem os trabalhadores e as trabalhadoras podem ser conjunturais ou estruturais, imediatos ou fundamentais. Os primeiros partem das condições e problemas específicos que afetam diretamente a reprodução da vida, mas estes podem ser politizados e ampliados, questionando o próprio modo de produção responsável pela reprodução do trabalhador em condições abaixo da existência e marcadas pela opressão e violência. De acordo com Hobsbawm (1987, p. 48), cada classe possui dois níveis de aspirações, as exigências imediatas e as mais gerais, exigindo em ambos os níveis a organização. “A organização (o sindicato, partido ou movimento) torna-se assim uma extensão da personalidade do trabalhador individual.”

Meszáros (2002), ao analisar os limites absolutos do capital – os quais não podem ser transcendidos sem que o modo de produção mude para um qualitativamente diferente - aborda os profundos problemas ambientais e a desigualdade e hierarquia que afeta as mulheres, como questões

intrínsecas ao capitalismo. No que diz respeito à emancipação das mulheres, observa que ela se reduz a uma igualdade formal e não essencial, ao demonstrar a total incompatibilidade de uma verdadeira igualdade com o sistema do capital. “A causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no ‘macrocosmo’ abrangente da sociedade e igualmente no ‘microcosmo’ da família nuclear.” (p. 271). O autor explica o sistema sociometabólico do capital como uma estrutura “mutuamente antagônica” – do microcosmo às unidades globais de intercâmbio econômico e político. (p. 217)

Deste modo, os problemas que afetam as pessoas negras, indígenas, migrantes, lgbtqi+ e as mulheres, ainda que sejam específicos e diferenciados, são produzidos e reproduzidos no interior de um modo de produção centrado na expropriação, na exploração, na dominação e na opressão.

A expropriação é um processo histórico que está presente desde a origem do capitalismo como seu ponto de partida enquanto acumulação primitiva. “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (MARX, 2017, p. 786). Tal processo resulta na expulsão de camponeses da terra, de populações originárias, quilombolas e ribeirinhas. Dizima modos de vida e de cultura. Apropria-se dos recursos naturais, da biodiversidade e dos conhecimentos e técnicas tradicionais. Portanto, sendo o capitalismo responsável pela destruição da diversidade natural e cultural, somente a sua superação poderá restabelecer um modo de vida que respeite verdadeiramente (e não formalmente ou discursivamente) as diferenças.

A classe trabalhadora tem raça, etnia, nacionalidade, sexo, idade e ela é explorada dramaticamente pela sua condição de classe e pelas diferenças que a constituem. Um imigrante, por exemplo, pode ter seu salário reduzido e as piores condições de trabalho porque se encontra indocumentado; um jovem pode ser rebaixado no trabalho porque não tem experiência; uma mulher pode não ser contratada porque tem ou poderá ter filhos, também tem salários menores que os homens pela sua “natureza” feminina; uma pessoa negra sofre racismo pela cor da pele. O capitalismo incorpora e transforma tudo aquilo que convém para a sua reprodução, incluindo formas sociais anteriores, como o patriarcado e o escravismo.

Para explicar as diversas e requintadas formas de exploração e dominação e o modo como o capital se apropria de todos os trabalhadores e trabalhadoras, faz-se necessário retomar a análise de classe, considerando o trabalho como elemento estruturante da produção da vida e das lutas sociais. Ainda que muitos movimentos se movam em função de questões raciais, étnicas, ambientais, de gênero, estas são expressão da oposição e luta de classes. Temos acordo com Miliband (1999) de que a “análise de classe só poderia tornar-se irrelevante com o advento de uma sociedade sem classes.” Ou com Hobsbawm, de que “a ausência de consciência de classe no sentido moderno não implica a ausência de classes e de conflitos de classe” (1987, p.42). As lutas atuais continuam sendo concebidas a

partir das contradições entre classes antagônicas; “não são lutas da sociedade civil contra o Estado, mas lutas dos trabalhadores contra o capital (...), desenvolvidas ora no Estado, ora na sociedade civil, ora no mercado, ora no espaço produtivo” (MONTAÑO, 2005, p. 276).

Para Miliband (1999), a classe subordinada da sociedade capitalista compreende uma vasta maioria da população, cuja maior parte se compõe de trabalhadores, trabalhadoras e dependentes – “a classe trabalhadora”, uma classe extremamente diversa, variada, dividida, com base na ocupação, habilidade, gênero, raça, consciência etc. Para o autor, a noção de que a classe trabalhadora está diminuindo repousa sobre um grande equívoco quanto ao significado do termo. O componente industrial, manufatureiro, da classe operária está de fato diminuindo, mas a classe operária como um todo, as pessoas cuja *fonte de renda* exclusiva é a venda da sua força de trabalho (ou que dependem sobretudo da folha de pagamento do Estado), cujo nível de renda situa-os nos ‘grupos de renda’ baixa ou inferiores, cujo *poder e responsabilidade individual no trabalho e fora dele* é baixo ou virtualmente inexistente – essa classe de pessoas tem aumentado, e não diminuído, com o passar dos anos. A classe trabalhadora, neste sentido, compõe-se de operários e de funcionários de escritório e seus dependentes e de uma variedade de homens e mulheres dedicados a ocupações voltadas para os serviços e distribuição. (MILIBAND, 1999, p. 481)

Na mesma direção, Silver (2005) observa a transformação permanente da classe operária e da forma de conflito trabalho-capital. “A percepção de que o trabalho e os movimentos operários são feitos e refeitos continuamente nos fornece um antídoto importante contra a tendência comum de sermos rígidos demais ao especificarmos quem faz parte da classe trabalhadora” (p. 34). Desse modo, deve-se ficar atento para sinais emergentes de uma nova formação da classe trabalhadora, assim como de um “contra-ataque” daquelas classes trabalhadoras que estão sendo “desfeitas”.

Em termos de protagonistas da ação coletiva, nosso foco é o “proletariado” (isto é, aqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver). A condição proletária abrange uma série de situações concretas, desde aqueles que dispõem de habilidades escassas com muita demanda (e que, portanto, dispõem de um poder de barganha no mercado relativamente grande) até os desempregados. Inclui desde aqueles que trabalham para empresas privadas até os funcionários do Estado, pois estes não são menos passíveis de serem tratados como mercadorias do que, digamos, os trabalhadores do mercado de trabalho interno de uma grande empresa (SILVER, 2005, p. 47).

Numa análise teórico-metodológica que se pretende ampla, em escala mundial e de longo prazo, a autora observa que trabalhadores e movimentos trabalhistas localizados em diferentes regiões e Estados estão ligados uns aos outros pela divisão do trabalho em escala mundial e por processos políticos globais. Tal análise permite apreender a dinâmica recorrente do capitalismo, incluindo a contínua recriação de contradições entre capital e trabalho.

Por fim, a explicação dos complexos fenômenos relacionados à classe trabalhadora e suas formas de luta e organização, exige um conhecimento rigoroso, o qual se configura, segundo Moraes (2000, p. 23), como uma oscilação permanente entre as partes e o todo, entre o abstrato e o concreto e entre o singular e o universal. “Afirmar a realidade como totalidade – um todo processual,

contraditório e complexo – não significa compreendê-la como uma unidade indiferenciada na qual os momentos particulares seriam suprimidos ou os fenômenos concretos desapareceriam.”

### ***Considerações finais***

O discurso pós-moderno, na aparência, se apresenta como progressista e muitas vezes acaba por ser incorporado na construção teórico-prática de movimentos sociais, sindicais e estudantis. O que pode ser observado no apagamento da luta de classes, na ênfase dos particularismos, na prática destituída de caráter científico, na adesão acrítica às políticas de Estado ou governos e no apagamento de um projeto histórico emancipador.

Tal discurso alcança, de modo oportunista, uma classe trabalhadora fragmentada e em grande parte desorganizada, diante do desemprego e da precarização generalizada do trabalho, da retirada dos direitos trabalhistas, da presença de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras completamente disponível ao capital, em qualquer lugar e a qualquer tempo. Tal situação ameaça a subsistência das famílias trabalhadoras e, portanto, gera o medo de participação nas lutas como por exemplo nas greves; rouba o tempo para o descanso, o lazer, o estudo, a leitura e reflexão, a participação em reuniões e organizações. Conforme Marx (1982), o tempo é o campo do desenvolvimento humano, portanto, o homem e a mulher que não dispõem de nenhum tempo livre estão totalmente absorvidos pelo seu trabalho para o capital, produzindo riqueza alheia.

As organizações da classe não passam inerte a este processo e buscam resistir, em grande medida, de forma imediata e pragmática às formas implacáveis de exploração e degradação da classe trabalhadora. Além disso, estão expostas aos mecanismos de cooptação utilizados pelo Estado para enfraquecer, desmontar e redirecionar as pautas e lutas.

Neste emaranhado de problemas concretos emanados das contradições entre trabalho e capital-Estado, a ideologia pós-moderna atua de forma eficaz, mas não imbatível, para redirecionar os objetivos de luta a “novas” narrativas, associadas à prática imediata de cada sujeito e grupo particular, fragmentando-os. No “novo” paradigma, o presente se torna o limite da realidade e das lutas, a classe social se desfaz e o terreno do conflito passa a ser o simbólico e o cultural, numa noção reduzida de cultura que brota espontaneamente da sensibilidade popular sem mediações. Nessa seara, levanta-se a bandeira da independência e autonomia dos movimentos em relação aos partidos políticos, enquanto movimentos espontâneos.

A ideologia é uma forma de consciência social que, em qualquer sociedade de classes (e somente nestas), atua como instrumento de dominação. É sempre uma inversão e mascaramento da realidade para fazer crer, ao indivíduo, que existe um interesse geral - um bem comum - ao qual cada pessoa condiciona sua existência. Porém, isso que se apresenta como interesse geral, em verdade, é o interesse particular de uma classe que, por ser dominante, determina a forma da sociabilidade também na consciência. A consciência é determinada mas também determinante, na medida em que o seu

avanço parte da indignação, reivindicação, luta e organização enquanto classe e, confrontando a estrutura produtiva da base econômica e a forma da política dominante, é isso que possibilita a modificação de leis, poderes e as relações de produção que entravam o desenvolvimento das forças produtivas.

Esta consciência é alienada em um primeiro processo, não por referir-se à ignorância ou desconhecimento, mas pelo fato de que a alienação do trabalho - da produção da existência humana - também se manifesta como expressão da consciência, o próprio sujeito já não se reconhece como sujeito e confronta-se como coisa. A vivência das contradições do capital cotidianamente e o conhecimento da realidade são elementos fundamentais para um salto de qualidade da consciência de classe em si e para si, mas necessariamente passa pela organização coletiva e da luta desta classe confrontando o sistema do capital para sua superação. Daí que a ideologia pós-moderna é antagônica aos interesses históricos da classe, pois se legitima no neoliberalismo e no idealismo subjetivo que exacerba um individualismo competitivo e predatório plenamente adequado à sociedade regida pelo mercado. Por fim, o recuo da teoria presente na ideologia pós-moderna significa o recuo de uma teoria que se funda na realidade material, ou seja, em uma forma de conhecer o mundo enquanto totalidade histórica, a qual implica ação revolucionária. O que está em jogo é a destruição de uma teoria e prática de orientação marxista que ameaça a ordem social. Entretanto, a presente (e velha) sociedade não é eterna e está permeada de contradições, as quais impelem a necessidade de superação.

### **Referências:**

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. de Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Trad. de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KOHAN, Néstor. **Desafios actuales de la teoría crítica frente al posmodernismo**. Cátedra Che Guevara – Coletivo Amauta, 2007. Disponível em: <https://omegalfa.es>. Acesso em: 2 de setembro de 2022.
- KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Península, 1977.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Trad. de Felipe J. Lindoso. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O capital: crítica da economia política**. V.1. Trad. de Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições “Avante!”; Moscovo: Edições Progresso, 1983, p. 29-78.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MESZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de César Castanheira e Sérgio Lessa. SP: Boitempo Editorial: Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MILIBAND, R. Análise de classes. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.) **Teoria social hoje.** Trad. de Gilson C. C. de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 471- 502.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo – último estágio do imperialismo.** Trad. de Maurício C. Pereira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SILVER, B. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870.** Trad. de Fabrizio Rigout. São Paulo: Boitempo, 2005.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência.** São Paulo: Centauro, 2002.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOURAINE, A. Novos movimentos sociais. In: **Como sair do liberalismo?** Trad. de Maria L. Loureiro. São Paulo: EDUC, 1999.

---

### **Notas**

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho e do grupo de pesquisa Migração e Educação. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7441375272877530>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9600-2868>. E-mail: [celiavendram@gmail.com](mailto:celiavendram@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS. Pós-Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor associado da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2344138672288053> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0025-9947>. E-mail: [gfrizzo2@gmail.com](mailto:gfrizzo2@gmail.com).

Recebido em: 15 de out. de 2022

Aprovado em: 11 de dez. de 2022